

SKIDMORE, T. & SMITH, P. *Modern Latin America*. New York, Oxford, Oxford University Press, 1984. 419 p.

Para 80 % dos americanos, os latino-americanos são pretos, para 49% são temperamentais, para 41% são preguiçosos e para apenas 5% são eficientes. Além desses estereótipos os americanos pouco sabem sobre o complexo mundo que também se caracteriza pelo *latin lover*, por Che Guevara e pelo carnaval.

E foi atentos a essa realidade que o historiador Thomas Skidmore e o cientista político Peter Smith escreveram *Modern Latin America*. Certos de que a ninguém, mais que aos EUA, interessaria o estudo da América Latina. Pois é aí onde os EUA mais investem. Onde as revoluções dos vários países desafiam a política norte-americana. E é donde vêm as correntes migratórias hispânicas que transportam costumes e a própria língua para o “colosso do Norte”.

O livro se propõe a ser uma pesquisa sobre a história moderna da América Latina sem pretensões a formular uma teoria social. Utiliza, entretanto, conceitos da teoria da modernização (transformações econômicas trazem mudanças sociais e, em consequência, políticas) e da teoria da dependência, ao admitir que a situação de um país na divisão internacional do trabalho define a forma do crescimento econômico. Por outro lado, salienta que as revoluções socialistas não são meio de quebra do ciclo de dependência (nações satélites estão excessivamente atreladas aos países socialistas) e dentro duma abordagem multicausal (fatores demográficos e culturais são relevantes no quadro teórico) começa a nos contar uma longa história.

Tudo começou com a chegada dos espanhóis ao México e ao Caribe. Conquistadores que “cumpriam mas não obedeciam às leis da coroa”. Depois, em 1600, quando a Espanha é derrotada pela Inglaterra, as colônias passaram a ser um elemento vital no equacionamento do poder europeu, até o início dos movimentos pela independência. Movimentos que resultaram na formação dos estados latino-americanos não trazendo contudo “mudanças cataclísmicas na ordem social”.

As guerras abriram, pois, uma *social avenue* para os mestiços quando os recursos econômicos pertenciam às tradicionais famílias colonizadas. Desse modo, havia um único meio para o homem mais humilde prosperar: primeiro, o exército, depois, a política. Mas ao fim das guerras de independência, os colonos brancos voltaram às suas fazendas deixando o poder na mão dos soldados e caudilhos. Para os fazendeiros, o poder não valia a pena (só depois do século XIX, quando a autoridade passou a ser valor de consumo é que eles se desentocaram dos seus ranchos e vieram lutar por ela). Os caudilhos também chegando à mesma conclusão, abandonavam sua empreitada política, indo formar novos grupos. Tudo isso fez da América Espanhola um estado vulnerável e pobre nos idos de 1920 a 1950.

Em seguida, os autores, abordam a transformação da América Latina (1880-1980). Esquematizam os modelos e processos de mudanças, oferecendo uma base para o entendimento do contexto histórico de cada país. Esse capítu-

lo mostra como a Revolução Industrial precipitou as mudanças na economia latino-americana, fazendo com que os investidores se interessassem pelas nossas riquezas. Aconteceu, então, além da expansão de uma economia de exportação acompanhada do liberalismo europeu (fé no progresso, na livre iniciativa e na liberdade individual), a modernização das classes altas que passaram de elites fechadas para empresários agressivos. Chega-se por final à decadência do caudilhismo. A autoridade política se transmuda em duas formas: nas oligarquias democráticas e nas ditaduras, ambas garantidoras da estabilidade política essencial aos investidores estrangeiros.

De 1900 a 1930, a adoção de um modelo de exportação de matérias-primas e importação de manufaturados, trouxe mudanças à estrutura social da América Latina. Surge uma classe média, constituída por profissionais e comerciantes com algum lucro, mas sem liderança no processo econômico; inicia-se a organização das classes trabalhadoras em sindicatos e abre-se o palco para o fenômeno da urbanização.

De 1930 a 1960, um novo modelo econômico se consolida: a industrialização substitutiva de importações (ISI). A América Latina passa a produzir produtos manufaturados, anteriormente importados da Europa e EUA. Essa nova política enseja a formação da burguesia industrial ao mesmo tempo que o trabalho organizado emerge com mais força no cenário latino-americano. No entanto, a versão política dessas mudanças econômicas se deu de dois modos. Por um lado, houve a continuidade de uma democracia co-optativa através da qual industriais e trabalhadores ganharam acesso ao poder através da competição eleitoral. Por outro, se consolidaram as alianças populistas multiclassistas decorrentes da emergência de uma elite industrial, ao passo que o revigoramento dos movimentos trabalhistas tomava possível uma nova aliança entre empresários e trabalhadores. Assim se deu com Perón (1940), Getúlio Vargas (1930) e de algum modo com Lázaro Cárdenas no México.

Vê-se pois que a estratégia do ISI era incompleta. Para produzir bens manufaturados a América Latina tinha que importar bens de capital da Europa, EUA e também do Japão. Assim a América Latina não havia se tornado independente. Havia, apenas, modificado sua forma de dependência, agravada pelas conseqüências que o investimento em uma tecnologia avançada traria: desemprego e ameaça à ordem social.

Estabeleceram-se, então, regimes repressivos em vários países. Em face da estagnação econômica, militares e elites tinham que estimular os investimentos e, a um só tempo, “desmantelar” o poder coletivo da classe trabalhadora. Estes regimes foram denominados de “burocráticos-autoritários”. Por isso questionam os autores se, diante de sinais recentes de liberação (eleições no Peru em 1980, Brasil em 1982, Argentina em 1983), estaria a América Latina marchando para uma redemocratização e um retorno às instituições liberais ou se estaria tão-somente atravessando uma nova fase desse autoritarismo. E é no lastro dessas indagações que passam a descrever a história do Chile, Argentina, Brasil, Peru, México, Cuba e América Central, com vistas a fornecer uma base comparativa para análise da América Latina contemporânea.

Cada país é um capítulo que, como os autores reconhecem, pode ser lido em separado. Como uma boa parte dos trabalhos de cientistas sociais norte-americanos, são inúmeros os dados e informações até detalhistas da história daqueles países (Carlos Gardel morreu num desastre aéreo; o enterro de Evita provocou tumulto e morte de oito pessoas) mas pouco — com exceção do segundo capítulo — detendo-se numa análise comparada. Os conceitos emprestados das teorias do desenvolvimento e da modernização se diluem no relato da seqüência dos governantes de cada país. Enfatiza-se, todavia, a dependência de Cuba e América Central aos EUA e à União Soviética, mencionando-se ainda que, para o México, “é difícil livrar-se da onipresença dos EUA”.

Importante é o capítulo dedicado à América Central. A “república das bananas” tem sido desconsiderada pelos estudiosos americanos quando a história dessa república é a melhor forma de compreender a política *yankee*: quer nos seus aspectos comerciais, quer na sua postura imperialista. Assim a United Fruit Company (“*La frutera*”) se apresenta como o melhor exemplo do monopólio ali constituído. Por outro lado, a intervenção dos EUA na Nicarágua mostra que esse país mesmo contra o princípio do “não-alinhamento”, solicitou em 1979 ajuda aos EUA. Honduras, por sua vez, obediente ao interventor, serve de campo de treinamento para soldados americanos lutarem contra a Nicarágua, mas hostiliza o país vizinho, restringindo emprego e negando títulos de terra aos salvadorenhos (El Salvador é sete vezes mais populoso do que Honduras) num quadro que nos lembra a indignação de Galvez, o “imperador do Acre”: “A miséria também é imperialista”.

No atinente ao Brasil, o livro sumariza a história do império e apresenta um panorama da economia a partir de meados do século XIX. Ressalta o crescimento urbano e reflete que o “*status* social no Brasil não é apenas função de ocupação ou riqueza. É também uma questão de raça”. Embora reconheça que nesse item a mobilidade social nos EUA é menos viável. Noutro plano descreve a organização do golpe militar de 1964, evidenciando o papel dos camponeses sempre regidos com a “mão de ferro” dos latifundiários e numa seção final reporta-se ao regime político brasileiro sob o jugo militar. Tantas são as informações que causa estranheza a omissão do nome Garrastazu Médici e das características da negra fase política que ele proporcionou ao país.

Ao fim do livro, os EUA acendem todas as luzes do palco. Sua ascensão depois da Primeira Guerra. O zênite de sua influência com a USAID e a Aliança para o Progresso, cujos objetivos suscitavam um impasse: como promover a democracia sem criar novas “Cubas”? (O Brasil de 1964, apesar de repressivo, era o maior beneficiário da ajuda americana). Mas hoje, concluem os autores, essa influência está em declínio. A América Latina está sendo reconhecida (ainda bem) através dos seus campeões de futebol, tênis e das novelas que chegaram até à China.

E nessa linha, os autores se lançam num exercício de futurologia para a América Latina, Qual o potencial revolucionário das massas populares? O dos camponeses? É difícil mensurar. O da classe média? Essa tende a se identificar com as classes altas (Chile 73, Brasil 64, Argentina 76). Não há pois prospecto de revolução. Haverá, sim, propagação do capitalismo híbrido e provavelmente a fabricação de bombas atômicas pelo Brasil e pela Argentina.

Sem dúvida, o livro é uma excelente fonte de informação principalmente para o público americano. Para nós, todavia, fica a impressão de que estamos recapitulando, ainda que com maior riqueza de dados, uma história que nos foi contada na escola. O que não deixa de ser um bom “dever-de-casa”, principalmente porque temos a retrospectiva das ascensões e quedas de governos cujo desfecho desafiaria os ditames dessa Nova República que se instala no Brasil. E quando muito nos lembra, em boa hora, com Simon Bolivar, que “não se deve adotar o melhor sistema de governo, mas aquele que for mais provável de ser bem sucedido”.

Alexandrina Sobreira de Moura
Pesquisadora do Depto. de Ciência Política da
Fundação Joaquim Nabuco